

ÍNDIOS NA CONSTRUÇÃO CULTURAL DO BRASIL

INDIANS IN THE CULTURAL CONSTRUCTION OF BRAZIL

Moacyr Flores¹

RESUMO

Estudo da construção cultural do Brasil centrada em pesquisa das práticas e representações sociais, por meio de mitos, símbolos e idealizações de uma identidade, estabelecendo as relações e os conflitos que se efetuam e acontecem na sociedade como um todo. O objetivo desta reflexão é propor uma história cultural do social, tendo como objeto as representações construídas por meio de complexos processos de apropriações e ressignificados de identidades regionais, religiosas, políticas, étnicas e nacionais.

Palavras-chave: Conflito. Identidade. Mito.

ABSTRACT

This paper studies the cultural construction of Brazil with a research focused on the practices and social representations, through myths, symbols, and idealizations of an identity, establishing the relationships and the conflicts that are carried out and take place in the society as a whole. The aim of this reflection is to propose a cultural history of the social, having as objective the representations constructed through complexes processes of appropriation and resignification of regional, religious, political, ethnic, and national identities.

Keywords: Conflict. Identity. Myth.

INTRODUÇÃO

Em 1844, Karl von Martius publicou na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o artigo “Como se deve escrever a História do Brasil”, tendo como identidade brasileira a fusão das chamadas raças branca, negra e índia, resultando o mestiço indolente, traiçoeiro e místico. De acordo com o cientificismo da época os grupos da mesma cor de pele formavam as raças. A união entre homem e mulher de diferente cor da pele, originava o mestiço, a união entre europeus, de raça branca superior, não geravam a mestiçagem que degradava a raça.

Hans Staden, que esteve no Brasil em 1557, refere que havia muitas raças selvagens de diferentes línguas e que eram muito hábeis em praticar o mal, inclinados a perseguir e a devorar os inimigos. (STADEN, p. 32 e 33). De que cultura viria nossa mãe indígena? No Brasil existem atualmente mais

¹ Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1964) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

de 200 línguas indígenas registradas, das quais 180 são faladas atualmente. O maior agrupamento linguístico é o tupi-guarani, com 21 línguas. O grupo tupi, dividido em tupinambá, tupiniquim, temiminó, caeté, portiguara e carijó, permaneceu ao longo do litoral brasileiro, em contato direto com os colonizadores portugueses, reunidos em missões, como soldados ou como escravos. Formou-se uma Língua Geral, falada por índios e colonos portugueses, usada pelos missionários, que a fixaram gramaticalmente. Em 1758, o Marquês de Pombal proibiu seu uso, tornando oficial o idioma português no Brasil, mas até então os acidentes geográficos, nomes de plantas e de animais, bem como grande número de termos da Língua Geral estavam incorporados ao falar do cotidiano brasileiro.

O grupo guarani iniciou uma longa caminhada para o Oeste, atingindo a Amazônia, fletindo para o Sul, atingiu Mato Grosso, entrou no Paraná, Paraguai, Rio Grande do Sul, chegando grupos guarani ao estuário do rio da Prata. Em sua longa peregrinação os guarani abriram trilhas, raptaram mulheres de outros grupos, devoraram seus prisioneiros e seguiram as visões de seus pajés do Ivy Maray, a terra sem males.

O grupo guarani-mbyá entrou no Rio Grande do Sul na região entre os rios Ibicuí e Ijuí, entrando em conflito com os gês do planalto e com os charrua e minuano. As parcialidades dos coroados e de botocudo se massacravam mutuamente pelo domínio de um pinheiral ou para submeter mais uma aldeia a determinado chefe.

Como recuperar a imagem dos índios de diferentes culturas que formaram uma das raízes da identidade brasileira, segundo Karl von Martius? Até que ponto os massacres exterminaram com os bons selvagens e também com os terríveis canibais? Já esquecemos a Língua Geral dos tupi-guarani, adotamos oficialmente o português contaminado pelo idioma francês, substituído atualmente pelo inglês.

Ao longo do tempo nosso imaginário foi elaborado pela literatura romântica, pois os primeiros cronistas referiam-se a índios canibais, vingativos, preguiçosos e traiçoeiros, que não serviam de modelo de herói formador. A literatura cria a identidade de um povo por meio do imaginário herdado por elementos que povoam a memória coletiva. Essa memória possui lacunas, que são preenchidas pela criação de mitos, por testemunhos do folclore e da tradição reelaborada a cada geração.

O romancista, cronista e teatrólogo José de Alencar, no romance *O Guarani*, criou o índio Peri à semelhança do cavaleiro medieval, personagem do romantismo da época, com seu amor cortês em relação à branca e casta Ceci. No final, o casal se afasta da civilização, levado numa palmeira, pela cheia de um rio. Era imoral a mulher branca unir-se a um índio, portanto, o romance mitifica o índio Peri, ignorando que é um canibal, um

selvagem que cobiça uma mulher, que poderia, de acordo com sua cultura, estuprá-la, ao invés de satisfazer suas criancices de adolescente mimada, tão a gosto dos românticos.

No romance *Iracema*, Alencar cria o anagrama da palavra América, para dar o título ao livro e à personagem índia, a “virgem dos lábios de mel”. Poderia ter os lábios de mel, mas depois da primeira menstruação as índias, desde o Canadá até a Patagônia, gozavam de liberdade sexual, costume que facilitou a união com os navegantes europeus que no Novo Mundo arribavam.

Gonçalves Dias, no poema “Y Juca Pirama”, com licença poética, narra em versos o canto de morte do índio Tupi, que caiu prisioneiro dos Timbiras. Destinado ao sacrifício, o Tupi chora ao lembrar o velho pai cego, abandonado na mata. O chefe Timbira solta o prisioneiro, porque não quer “com carne vil enfraquecer os fortes”.

Conforme os costumes dos indígenas, caçadores e coletores em toda a América, os velhos, doentes, aleijados e cegos eram abandonados na mata, à espera da morte. Em seu ritual antropofágico ou canibalesco, os índios devoravam homens, mulheres e crianças, segundo testemunho dos missionários Ruiz de Montoya, Antônio Sepp e do artilheiro Hans Staden. O objetivo do canibalismo era de aterrorizar as aldeias vizinhas e de vingarse de seus inimigos.

Portugueses dominavam a ciência de navegar, graças ao preparo de seus pilotos e dos cartógrafos. Conheciam o regime dos ventos e das correntes marítimas, usando tabelas de correção de declinação da bússola em relação ao norte verdadeiro. O idioma português era falado na África, na Índia e na China. O primeiro tratado entre holandeses e japoneses foi escrito em português. O catolicismo estava na fase guerreira, lutando para converter os gentios e hereges que eram manipulados pelo Demônio, que conspirava para destruir o cristianismo.

Com os constantes naufrágios de navios das frotas de além-mar e com as mortes dos soldados em terras conquistadas, despovoou-se o Reino, pois as mulheres já não tinham com quem casar. Para sobreviverem muitas se refugiavam em convento, outras se prostituíam no porto de Lisboa, porta de entrada das mercadorias que vinham da África, da Índia e da China.

Sem força militar para manter a conquista, o governo português recebeu bulas papais reconhecendo o direito dos lusos sobre as terras descobertas, em troca da catequese e batizado dos nativos, para construção do Imperium católico, isto é, universal.

Durante o período das feitorias para exploração do pau-brasil, predominou o degredado e o naufrago português, que entraram em contato com os índios que habitavam junto ao litoral. Os portugueses traziam

uma nova tecnologia do ferro, com machados e facas, tesouras, alfinetes, agulhas e anzóis. Conforme observou um missionário, por um machado de ferro o índio entregava a mulher, filhos e até sua alma. Chefes, pais e maridos trocavam mulheres por um objeto de ferro ou por contas de vidro, conforme narra o padre Antônio Vieira, que fora nomeado para fiscalizar se a escravidão dos índios fora causada por guerra justa ou injusta.

Inicialmente os índios foram vistos como belos, principalmente “as mulheres que não ocultavam suas vergonhas”, segundo Pero Vaz de Caminha. A visão que os índios tinham dos portugueses era a de homens sujos, barbudos, vestidos com trapos e fedorentos por causa da longa viagem.

No período colonial eram raras as mulheres brancas e o casamento era muito caro porque havia necessidade de documentos enviados pela paróquia em Portugal. O padre Manuel da Nóbrega informa em carta de 6.1.1550 que “Se El-Rei determina aumentar o povo nestas regiões, é necessário que venham para se casar aqui muitas órfãs e quaisquer mulheres ainda que sejam erradas”. (NOBREGA, p. 109).

Os portugueses vinham de uma sociedade católica, onde o sexo era considerado pecado quando não fosse praticado para gerar filho. Para escândalo dos missionários, os portugueses aderiram ao costume indígena de ter várias mulheres. O mestiço, embora falando a língua materna, era o mameluco, espécie de soldado dos brancos que renegava seus parentes indígenas. Assim, elementos da cultura indígena foram incorporados à sociedade colonial por meio da mulher índia e do filho mestiço.

O índio foi mão de obra para extração do pau-brasil, caçador e soldado do branco para combater outras aldeias que não aceitavam a inclusão na nova sociedade cristã.

1 A cristandade e a colonização

Em 1532, com a fundação da vila de S. Vicente, iniciou a organização municipal. Em 1534 o litoral foi dividido em capitânicas, chegando os primeiros colonos para servirem de funcionários, militares, artesãos e clérigos. Iniciaram os empreendimentos agrícolas da cana-de-açúcar, plantações de algodão, fumo, arroz e a produção de aguardente. Introduziram o gado no litoral do Brasil, que logo avançou para o sertão com a distribuição de sesmarias. A fim de baratear a produção de açúcar trouxeram o escravo africano para trabalhar na lavoura e no engenho.

Distantes do reino e com gente de mau costume, a população branca e mestiça abandonou os valores morais da cristandade. Foi necessário reorganizar o espaço sagrado e profano de acordo com os preceitos da cristandade. Em 1549 chegou o governador geral Tomé de Sousa para fundar a

cidade de Salvador, na capitania da Bahia, a fim de centralizar o governo colonial. Junto com ele também vieram os missionários jesuítas, que criaram colégios e missões entre os índios.

A cidade (*civitas*) era o símbolo da civilização, dentro de seus muros sobressaía a igreja no ponto mais elevado, com uma praça na frente, marcando com a cruz no alto da torre a presença do catolicismo. As ruas foram organizadas para circulação de veículos e de pessoas, de acordo com a função: rua do comércio, rua dos artesãos, rua de habitações e nos becos escuros e fétidos as tavernas, antros de vícios e de pecados, que só abriam à noite. Os pobres moravam no arrabalde, isto é, fora dos muros protetores. A cidade marcava a presença da religião e o temor de Deus. O pelourinho era local de castigos e símbolo da existência da justiça.

Os engenhos formavam pequenos núcleos de habitações. Em frente da casa grande ficava um grande cruzeiro, marcando o espaço cristão. A capela servia para os rituais religiosos e para a catequese dos negros e índios. Em volta da casa grande erguiam-se outras habitações do capataz, dos trabalhadores livres, dos feitores e a senzala dos escravos.

Além do espaço cristão existia a selva, onde morava o selvagem. O espaço indígena foi considerado como um vazio porque o índio não conhecia a Deus. A ausência de Deus significava a presença do Diabo. Assim, o índio que se recusava em se tornar cristão, isto é, ser inserido na sociedade colonial, era infiel e soldado do Demônio. Neste caso, justificava-se a guerra justa para capturar, escravizar ou matar o índio infiel, porque assim diminuiria o exército de Lúcifer.

Basta examinar nosso folclore para notar que nossas raízes teatrais são muito antigas, mergulham na Idade Média, com a representação dos autos e do teatro de bonecos. Os colonizadores trouxeram esse teatro marcado pela alma popular, do que, infelizmente, não restou textos, a não ser alguns anotados por meio da reprodução de memória, como o *Bumba-meu-boi*, *Nau Catarineta*, *Chegança* e *Cavalhada*.

No Brasil colonial existiu o teatro popular e burlesco que ainda sobrevive nos circos mambembes; o erudito que era moralista; e o de catequese, que pretendia convencer o espectador. Os jesuítas encenaram autos e milagres no pórtico das igrejas para a catequese de índios e de colonos, à semelhança do teatro medieval. Escreveram em português, língua materna da maioria, em espanhol por ser o idioma dos dominadores políticos e em tupi, às vezes na mesma peça.

Atribuem-se oito peças a José de Anchieta (1534-97), entre elas o *Auto representado na festa de São Lourenço*, padroeiro da vila de Niterói, com índios que faziam os papéis de anjos, santos e demônios.

Por meio de mímica representava-se o sacrifício de São Lourenço queimando numa grelha, enquanto o coro de meninos índios cantava em espanhol a oração final do santo martirizado. Guaixará, o rei dos diabos, recita em tupi as delícias de gozar a vida indígena e de beber cauim. Nota-se aqui a intenção educadora do monólogo: bebida e costumes nativos são coisas do Diabo.

Nesse auto pode-se analisar o discurso do colonizador, pois os diabos falam em tupi e agem conforme o costume indígena, simbolizando o espaço indígena como pertencente ao Demônio. Os santos e anjos falam em português, portanto tudo que é de Deus vem de Portugal. Os missionários portugueses se consideravam um povo messiânico que vinham à América fundar uma nova sociedade cristã, ampliando assim o Imperium religioso. O teatro jesuítico é um teatro de oratória que tem a finalidade de comover para convencer, convencer para educar. É um teatro de catequese.

A oeste da linha de Tordesilhas, os espanhóis também se uniram com índias, dividindo os mestiços por categorias quanto à porcentagem de sangue europeu, para fins de impostos. Os cargos públicos e a carreira eclesiástica destinavam-se aos godos, brancos espanhóis, e aos criolos, brancos filhos de espanhóis.

Os espanhóis ocupavam lentamente o território com *pueblos*, povoações. Com a falta de homens brancos, o governo colonial espanhol criou os *pueblos* com índios guarani, sob a orientação dos missionários da Companhia de Jesus, formando a Província Eclesiástica do Paraguai, com *pueblos* ou reduções em Guairá, Chiquitos, Paraguai, na Mesopotâmia Argentina e no atual Rio Grande do Sul. O direito internacional de *uti possidetis*, que significa “como possuiis” reconhecia como território de um rei, a região onde habitassem seus súditos. Os índios das missões passaram a ser súditos do rei de Espanha, prestando serviço de milícia, guarnecendo a região de fronteira, combatendo os índios infieis e construindo prédios públicos, fortificações em Buenos Aires e Montevidéu. Cada *pueblo* missioneiro organizava-se à semelhança das aldeias e cidades espanholas, com as mesmas funções do *cabildo*: administração do *pueblo* e distribuição de justiça.

Os luso-brasileiros construíram núcleos urbanos junto ao litoral, ocupando rapidamente o sertão com a concessão de sesmarias transformadas em fazendas de criação de gado, utilizando o índio como peão, tropeiro ou domador, enquanto o africano era usado nas lavouras de cana de açúcar, plantação de algodão, de tabaco ou de pimenta, em derrubadas da Mata Atlântica.

Os jesuítas portugueses construíram 25 reduções com índios. As aldeias eram abertas, permitindo a moradia de brancos e mestiços, diferente

das reduções da Província do Paraguai, que eram fechadas com proibição de entrada de brancos e de mestiços. As reduções jesuíticas, tanto no território colonial português como espanhol, reuniram índios de diferentes culturas, urbanizando-os dentro da civitas cristã, transformando-os em missionários tupinizados ou guaranizados. Não seria este o massacre de que tanto falam e fazem “*mea culpa*”?

Massacre é palavra francesa que significa carnificina, morticínio ou chacina. Massacrar não era privilégio dos franceses, povos em diferentes épocas, bárbaros ou civilizados, europeus, africanos, asiáticos ou americanos praticaram morticínio de seus inimigos em nome da religião, por ordem de um rei distante, por simples pirataria, para conquista de novas terras agricultáveis, em busca de ouro, por sanguinária vingança ou por canibalismo como praticavam os cabindas e os jagas na região do rio Congo, na África e os índios do Caribe, os guarani, os tupi, os aimoré e tanto outros, na terra achada pelos portugueses.

Atualmente há uma simplificação: os índios das Missões, do Pampa e de Cima da Serra foram massacrados pelos brancos.

2 O espaço missioneiro

As Missões jesuíticas do Paraguai ocuparam um espaço que se direcionava em três dimensões: geográfica, social e temporal. Só fixando o índio numa área urbana seria possível desenvolver a alteração da ordem existente entre os guarani, dimensionando-a nos valores do cristianismo. Os trinta *pueblos* ou povoados formaram a maior área urbana, circundada por área rural, com maior densidade demográfica na Região Platina, atingindo em 1728, mais de 125 mil habitantes. Os chamados Sete Povos chegaram a 30 mil habitantes.

A dimensão geográfica era de interesse da Coroa de Espanha, empenhada, no século XVII, em conquistar e colonizar a Região Platina. A colonização espanhola realizou-se por meio de *pueblos*, ou povoados, contando com 30 homens capazes de pegar em armas e de instalarem um *cabildo* para a administração, chamada de república, e para distribuição de justiça. Como havia falta de homens brancos na América, a Coroa Espanhola determinou a fundação de *pueblos* com índios, com o objetivo de ocupar terras e deter o avanço português, este muito mais rápido, porque feito por meio de doação de sesmarias, transformadas em fazenda de criação de gado.

A dimensão humana e civilizada foi dada pelo jesuíta ao indígena, que organizou o espaço social missioneiro garantindo a evangelização, a subsistência e a liberdade do índio. As reduções tornaram-se autossuficien-

tes pela pecuária e produção agrícola, que também mantiveram a fixação dos índios no espaço reducional.

Os missionários jesuítas conservaram a Língua Geral dos guarani como meio de melhor se comunicarem com os nativos, mantendo assim a continuidade cultural relativa, pois substituíram a religião e modificaram o uso do tempo indígena. O índio é prático, ocupa o tempo presente para viver, não se preocupa com o futuro, não tem ideia do acúmulo de riquezas. Os missionários, partindo do princípio de que a ociosidade é mãe de todos os vícios, regularam o tempo para manter os missionários ocupados com trabalho, orações, missas, cantos, teatro religioso e lazer orientado.

O Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha, rompeu com o espaço organizado das reduções jesuíticas, forçando os índios a abandonarem suas terras, colocando-os em serviço militar, até marginalizá-los como bêbados e preguiçosos. A decadência dos 30 povos se acentuou com a expulsão dos jesuítas em 1767-1768, substituídos por religiosos que desconheciam o idioma indígena.

O artigo 16º do Tratado de Madrid estipulava a transmigração dos Sete Povos para a margem ocidental do rio Uruguai, bem como a saída dos jesuítas por medida de segurança para evitar futuras rebeliões contra os colonos portugueses, que deveriam se estabelecer nessas terras.

No século XVIII mudou a política internacional, as fronteiras passaram a ser estabelecidas por meio de tratados e não unicamente por povoamento.

Faltava mão de obra nas colônias espanholas, principalmente nos ervaais da serra de Maracaju. As reduções jesuíticas dos Sete Povos, com uma população estimada em mais de 30 mil índios, era um novo estoque de mão de obra especializada, pois todo o índio conhecia agricultura e tinha mais de uma profissão. Assim não havia mais interesse para a Espanha na continuidade das reduções, pois as estâncias espanholas já avançavam em direção às cabeceiras do rio Negro, onde começavam os campos de criação de gado dos missionários.

O domínio de ambas as margens do rio da Prata era mais importante que a manutenção dos Sete Povos, considerados pelas autoridades espanholas como simples aldeias indígenas, pois desconheciam os tipos de construções existentes.

A execução da transmigração encontrou forte oposição dos índios, tanto da margem esquerda como os da margem direita do rio Uruguai, estes alegando que não havia mais terras disponíveis para novos povoados, lavouras, chácaras e estâncias.

Os índios missionários usaram de todos os meios para evitar a

transmigração. Havia confusão nas ordens transmitidas. Os habitantes de S. Miguel e S. Nicolau se recusaram a preparar algodão, erva mate, lã e gado para a migração. Os índios de S. Borja concordaram com a mudança, mas com malícias protelaram ao máximo a viagem. Os guarani de S. Luís se recusaram a se fixar em terras dos charrua, que receberam fumo, erva-mate e ponchos para se acalmarem e não atacarem os missioneiros. Os de S. João iniciaram a mudança, mas fugiram em grupos durante o percurso até a margem do rio Uruguai, abandonando as carretas ao longo do percurso. Os de S. Lourenço espalharam o boato de que os padres iriam vendê-los em Buenos Aires aos bandeirantes paulistas. Em Santo Ângelo os índios deixaram de obedecer ao cura.²

A tentativa de execução do Tratado de Madrid provocou o desequilíbrio no espaço missioneiro e gerou o conflito bélico que trouxe a destruição, a fome para os Sete Povos, porque os índios deixaram de semear e de plantar, suas estâncias foram pilhadas pelos soldados portugueses, espanhóis e índios vagos.

Rompido o espaço fechado das reduções, os guarani passaram a percorrer suas estâncias e a Campanha, tentando formar um novo espaço semelhante ao que ocupavam antes da organização missioneira. O retorno à vida primitiva não era mais possível, os espaços geográficos eram ocupados rapidamente com fazendas de criação por espanhóis e portugueses. Não havia mais lugar para a formação de uma aldeia indígena organizada como antes da chegada dos europeus. A maioria dos missioneiros permaneceram nas reduções, prontos para enfrentarem os invasores.

Portugal e Espanha mandaram seus exércitos subjugar os índios missioneiros, que impediam o prosseguimento da demarcação das fronteiras. O massacre de Caiboaté, em 10.2.1756, onde morreram mais de 1.500 índios e três europeus, demonstra que os missioneiros não contavam com preparo militar suficiente para enfrentar os invasores bem armados e treinados. Os ataques de guerrilhas foram insuficientes para deter o avanço dos lusos e espanhóis que entraram a 16 de março em S. Miguel. Os portugueses estabeleceram acampamento em Santo Ângelo e os espanhóis em S. João. (PORTO, p. 27 e 241).

Ao tomarem conta dos Sete Povos, os portugueses e espanhóis romperam também com a dimensão social.

O padre jesuíta Juan de Escandón escreveu em 1760 que os índios cheios de pavor fugiam para os matos, debandavam desesperados pelos campos, ninguém pensava em outra coisa senão salvar suas vidas. Das 30.600 almas restavam apenas 15.000 nos Sete Povos, com esperança que

2 Documento 8-2-25, Coleção de Angelis, Biblioteca Nacional.

seriam perdoados, seguiam com os padres e se apresentavam aos generais vencedores, menos os de S. Miguel que continuavam refugiados nos matos. Os espanhóis agiram com violência, confiscando tudo, principalmente o que se encontrava nos armazéns, desrespeitando os padres. (ESCANDÓN, p. 332 a 338).

Os soldados espanhóis usaram de força para levar os missioneiros para a outra margem do rio Uruguai. Auxiliados pelo padre Balda conseguiram juntar pouco mais de 300 famílias, que logo repassaram o rio de regresso às terras de S. Miguel. Apesar da inclemência do inverno, os miguelistas vagueavam pelos campos, até que se reuniram no lugar chamado de Apicazuró, que significa Serra dos Tapes, em terras de sua estância. (ESCANDÓN, p. 349).

Os soldados portugueses, instruídos por Gomes Freire de Andrada, trataram bem os guarani desde o acampamento de Rio Pardo, em 1754, quando funcionava um posto de troca diária entre índios e soldados. Gomes Freire renunciou em favor dos índios parte dos despojos que deveria tocar aos portugueses. Os lusos visitavam os índios em suas casas, dando presentes, pagando tudo que recebiam e expressavam o desejo de casar com as índias. Os padres espanhóis não permitiam estes casamentos porque os portugueses queriam voltar para Rio Pardo, levando a mulher índia e seus parentes. (ESCANDÓN, p. 350).

Os espanhóis apoderaram-se de todos os bens dos missioneiros, inclusive daqueles que os lusos deixaram aos índios. Os espanhóis trataram os índios com altivez, desprezo e sem compaixão por suas desgraças. Em 1757, o procurador das Missões informou que os Sete Povos não podiam pagar tributos por causa da penosa transmigração e porque Don Joseph Andonaegui, comissário espanhol da demarcação da linha do Tratado de Madrid, ordenou em 1753 o confisco do gado existente nas estâncias dos Sete Povos, para alimentar os exércitos espanhol e português, deixando os índios na miséria.³

Em sua simplicidade os índios se convenceram que os castelhanos só queriam retirá-los de seus povoados. A fama de bom tratamento dispensado pelos lusos, fez com que os missioneiros de outros povoados seguissem para Santo Ângelo, de onde partiam em grupos para Rio Pardo.

Em fins de 1757, Dom Pedro de Ceballos, novo governador espanhol, chegou às Missões e mudou o relacionamento com os índios, recebendo homenagens e obediência por parte dos missioneiros e padres. Depois de dois anos, os espanhóis conseguiram mudar cerca de 12 mil índios para os povos entre os rios Uruguai e Paraná.

3 Documento I-29-5-5, Coleção de Angelis, Biblioteca Nacional.

Quando Dom Pedro de Ceballos tentou efetuar a troca dos Sete Povos pela Colônia do Santíssimo Sacramento, no estuário do rio da Prata, o general Gomes Freire de Andrade alegou que não havia segurança para trazer 300 famílias açorianas, que estavam em diversos pontos da capitania do Rio Grande, para as Missões enquanto existissem índios e jesuítas. Gomes Freire retirou-se para Rio Pardo, levando 700 famílias guarani, além de vacas e cavalos.

O comandante espanhol conseguiu recuperar cerca de 200 famílias em Rio Pardo. Com a desorganização do espaço missioneiro, os campos passaram a ser percorridos por guarani, minuano, desertores e vagabundos.

Como não foi efetuada a troca dos Sete Povos pela Colônia do Santíssimo Sacramento, os inacianos tentaram reconstruir o espaço missioneiro, até serem expulsos em 1767-1768.

3 Organização do novo espaço indígena

Durante a guerra guaraníca, 1753-1756, famílias de missioneiros buscaram abrigo junto à vila de Rio Grande. Os moradores, com receio dos índios junto à vila, pressionaram as autoridades para mudá-los para a aldeia de Estreito, com a assistência de dois padres.

Em 1758, arrancharam os índios guarani na aldeia de S. Nicolau, junto a Rio Pardo e na aldeia de S. Nicolau, na outra margem do rio Jacuí, dando origem à vila de Cachoeira. Na mesma época criaram outra aldeia na Guarda Velha de Viamão (hoje Santo Antônio da Patrulha), que logo se despovoou.

Em 1762 eclodiu nova guerra entre Portugal e Espanha. Dom Pedro de Cevallos conquistou a Colônia do Santíssimo Sacramento e invadiu a vila de Rio Grande, limitando o espaço português aos Campos de Viamão e à margem esquerda do rio Jacuí.

Tentando conquistar este espaço luso-brasileiro, o capitão Dom Joseph Gomez reuniu índios a cavalo para atacar Rio Pardo. Em janeiro de 1763, Rafael Pinto Bandeira atacou o acampamento dos índios dos Sete Povos e tirou-lhes a cavallhada, frustrando o ataque.⁴

Diga-se de passagem, que Rafael Pinto Bandeira era casado com uma índia missioneira e deve ter contado com a ajuda dos parentes da mulher para capturar a cavallhada da milícia missioneira.

Receando que os guarani aldeados em S. Nicolau de Rio Pardo se

4 Documento I-29-5-18, Coleção de Ângelis, Biblioteca Nacional.

colocassem ao lado dos espanhóis, o governador José Custódio de Sá e Faria ordenou a mudança de famílias para os Campos de Viamão.

Em 1762 foram transferidas para a nova Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, junto ao rio Gravataí, conforme registro em livros de batismos da Igreja de Viamão, pesquisados por monsenhor Ruben Neis. (NEIS, p. 70 a 99).

Não encontramos documentação sobre a maneira como transferiram os índios para junto do rio Gravataí, mas no Livro de Matrícula dos índios de Nossa Senhora dos Anjos, com data inicial de 20.6.1768, há vários dados que nos permitem reconstituir o espaço em suas dimensões geográficas, sociais e temporal.

A invasão espanhola de 1762 provocou uma redivisão do espaço, porque constantemente famílias de refugiados chegavam aos Campos de Viamão, fugindo da Colônia do Santíssimo Sacramento, do Chuí e da vila do Rio Grande. Desde 1752, famílias açorianas em Viamão, Porto dos Dorneles, Taquari e Rio Pardo aguardavam terras prometidas. Os recém-chegados queriam terras, provocando medidas ordenadoras do governador José Custódio de Sá e Faria, que em edital de 8.9.1764 mandou que efetuassem a medição e demarcação das terras.

O edital de 1765 alertava sobre o prejuízo dos moradores com a província infestada de ladrões facinorosos, matadores, desertores e índios dispersos em toda parte e obrigava a entregar os índios na Aldeia dos Anjos, ao capitão Antônio Pinto Carneiro.

A terra destinada aos índios junto ao rio Gravataí foi cobiçada pelos brancos, que sugeriram a mudança dos aldeados para a enseada das Garoupas, onde poderiam viver de farinha e peixe.

O objetivo da transmigração de índios para a Aldeia dos Anjos e Aldeia de São João Batista, no sopé da serra, era para afastar os índios guarani dos espanhóis, que sempre os utilizaram como soldados em suas milícias e também enfraquecer o lado espanhol, levando parte da população, que no dizer de Juan Escandón, atingiu mais de 10 mil índios.

O espaço geográfico da Aldeia dos Anjos iniciou em 1762, com ½ légua da margem do rio Gravataí, parte tirada da estância de João Lourenço Veloso. Não houve necessidade de desapropriação, porque de acordo com a lei de concessão de sesmaria, ½ légua junto a rio navegável pertencia a El Rei. Não havia preocupação de dar continuidade à Aldeia, os índios eram alimentados com o gado requisitado das estâncias vizinhas, que o governo não pagava, e animais roubados pelos índios, provocando conflito com os fazendeiros. Em troca da ração de carne, os índios serviam como mão de obra nas estâncias, na condução de gado, na construção de fortificações e

de quartéis.

O índio era considerado pelo branco como preguiçoso, bêbado e ladrão de gado, sem condições de tirar seu sustento da própria terra. As fugas constantes diminuía o total demográfico. Não havia interesse de manter para sempre os guarani nestas terras, cobiçadas por brancos. Era apenas uma fixação provisória, enquanto durasse a guerra com os espanhóis.

A mudança ocorreu somente durante o governo de José Marcelino de Figueiredo, de 1769 a 1780. O espaço geográfico foi ampliado e ordenado em busca da autossuficiência dos índios. O edital de 1769 determinava recolher a S. Nicolau de Rio Pardo e à Aldeia dos Anjos os índios vagos. No mesmo ano foi regulamentada a jornada de trabalho dos índios, contratados por estancieiros e charqueadores, proibindo a pena de açoites.

Em 1770 ampliou-se o espaço geográfico com a compra do restante da estância, que agora pertencia a Francisco José da Costa, num total de légua e meia de comprimento, por duas de largura, para aumentar as roças dos índios até o morro Itacolomi.

Foi nomeado um administrador das lavouras para cultivar trigo, mandioca, algodão e fumo. Nos quintais das casas plantaram laranjeiras e pessegueiros. O administrador dividiu os índios em grupos para trabalharem na terra da comunidade, sem prejuízo das roças particulares.

Em 1771, José Marcelino nomeou capataz e deu instruções para organizar a estância dos Povos, localizada no rincão de Cristóvão Pereira, entre a Laguna dos Patos e o oceano. O gado foi retirado das estâncias dos Sete Povos com alegação de que pertenciam aos índios que fugiram para o lado português. Quarenta peões indígenas cuidavam da estância, tropeando o gado até o açougue da Aldeia dos Anjos, onde era repartida a ração de carne. A estância fornecia queijo, manteiga, graxa, sebo, velas e couro.

A Aldeia recebeu ruas com alinhamento dos ranchos, ergueram a igreja matriz em 1774. No ano de 1776, brancos organizaram a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que também recebeu índios como irmãos. O cemitério inaugurado em 1777 pertencia à Irmandade de S. Miguel e Almas. A ordem foi mantida pelas Milícias Guaranis, com uma companhia a pé e outra a cavalo. Os faltosos eram punidos no tronco ou na prisão.

A Caixa dos Índios, mantida pela venda de carne, do couro e de produtos agrícolas, pagava os cirurgiões, leito no hospital e os remédios da botica.

A Escola de Meninos, criada em 1770, chegou a ter 60 crianças, formando quatro rapazes que estudaram no Rio de Janeiro, onde dois se tornaram padres, registrados como portugueses. A Escola de Meninos foi

transformada em internato em 1776.

No Recolhimento das Meninas, estabelecido em 1777, se ensinava a falar em português, tecer, fiar e costurar. Apesar de serem prendadas não conseguiram casamento com brancos por falta de dote. No Livro de Matrícula dos Índios, num total de 2.619 nomes, só encontrei uma índia que casou com pardo e três que casaram com brancos.

No livro de registro de batizados da Aldeia dos Anjos encontram-se dados que mostram as relações dos missioneiros cristianizados com os brancos, bem como a mestiçagem, pois o pai branco raramente reconhecia o filho com a índia. Os padrinhos são brancos, pois em 1766 os missioneiros conservavam nome e sobrenome em guarani:

1766, 22 de fevereiro - **Matheus** – filho natural de Maria Rosa Poje-nhi, de S. Miguel Velho. Padrinhos: Antônio de Souza e Anna Cláudia de Lima. (Livro 1, p. 3).

1766, 12 de março – **Joze** - filho natural de Thereza Javahai. Padrinhos: Irmão Francisco Xavier da Pax e Joana da Trindade. (livro 1, p. 3 verso).

O mais comum é o registro de pai, mãe e padrinhos com nomes indígenas. Por serem batizados, o primeiro nome é cristão:

1766, 8 de março – **Maria** – filha de Eugênio Yvyreje e de Anastacia Paransopa, naturais de São Lourenço. Padrinhos Matheus Guarambora e Eugênia Nhegacatu. (Livro 1, p. 3 verso).

Os escravos também participavam como padrinhos de crianças índias. Convidava-se como padrinho alguém de confiança ou amigo que ficava encarregado da salvação da alma do afilhado.

1766, 2 de agosto – **Ignácio** – filho de Custódio Vasivao e de Maria Buatti. Padrinhos: Miguel, escravo, e Maria, escrava

1766 - **Manoel** – filho de Thomas Parovê e de Izabel Xambuhi, de S. Miguel Velho. Padrinho Francisco Cardopeju e Maria, escrava. (livro 1 p. 44)

Há também registro de batismo de brancos, o que mostra as relações sociais com os índios:

1766, 17 de agosto – **Ignácio** – filho de Matheus Monteiro da Cruz e de Micaela Maria da Conceição. Padrinhos: Ignácio da Costa Lima e sua mulher Rosa Maria. (Livro 1, p. 6 verso).

Na mesma data Ignácio da Costa Lima e sua mulher Rosa Maria batizaram a criança de nome **Ignácio**, filho de Miguel Mairan e de Serafina

Boija.

A administração geral da Aldeia ficava sob as ordens de um comandante militar, auxiliado pelos caciques que comandavam as companhias de milícia guarani. O primeiro comandante foi o capitão Antônio Pinto Carneiro.

O novo governador, Sebastião da Veiga Cabral, em 14.1.1781, instruiu o novo comandante da Aldeia, Antônio José Machado, prevenindo que a população estava dividida em parcialidades por causa dos caprichos, ódios e vinganças de seus moradores, composta principalmente por índios bêbados, fujões e preguiçosos. As famílias brancas eram honradas, pouco trabalho davam ao comandante.

O governador Veiga Cabral reclamava que os índios ainda não tiravam da terra o seu sustento e que índias iam à rua vestidas com camisa de algodão, devido à extrema pobreza. Também determinava que não andassem com os cabelos soltos, parecendo mais com animais do que com gente racional e pertencentes à sociedade civil.

Nos Sete Povos os missionários romperam com a religião indígena, substituindo-a pelo catolicismo. Os grupos como tape, minuano, iaró, chaná e charrua foram guaranizados nas reduções jesuíticas, mas mantiveram seus ódios e suas vinganças entre si, conforme Montoya e Sepp. Sem a tutela dos jesuítas os conflitos entre os guaranizados se intensificaram nas Aldeias de Cachoeira, Rio Pardo e dos Anjos.

Veiga Cabral informou que em 1781 os índios da Aldeia dos Anjos não sabiam mais rezar e que eram indiferentes em cumprir os preceitos da Quaresma, ouvir a missa e a doutrina cristã.

Com a fundação da Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal do Courita, em 1788, levaram 13 índios para trabalhar com seus bois e carretas a 200 réis por dia. Em dezembro mais 20 índios, a 100 réis por dia, que derrubaram um trecho de mato para a sementeira.

Abandonados, marginalizados, novamente os índios cristãos guaranizados tiveram seu espaço destruído, porque não havia mais interesse em conservá-los no lugar, mesmo com a ampliação do território rio-grandense com a conquista de terras ao Sul do rio Jacuí, a partir de 1777. A demografia indígena manteve-se estável durante o governo de José Marcelino, mas caiu rapidamente com as fugas da Aldeia e posterior a liberação dos índios, em 1801, conforme o quadro abaixo:

Ano	Índios da Aldeia
1762	3.500
1770	2.619
1779	2.563
1784	1.362
1814	300

A destruição do espaço indígena continuou na Aldeia dos Anjos. Em 1781, o engenho, a olaria e o potreiro de gado, que pertenciam à Caixa dos Índios, foram arrematados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1783, brancos arrendaram o açougue e a Estância dos Povos por seis anos. No início do século XIX, o rei doou a estância do Rincão de Cristóvão Pereira ao intendente de polícia Paulo Fernandes, com 10.000 cabeças de gado. A portaria de 18.11.1796 concedeu licença a Antônio Soares de Paiva para retirar da Aldeia dos Anjos os índios que fossem necessários para sua charqueada. Em 1.4.1800 encerraram as atividades no Recolhimento das Meninas e no ano seguinte o prédio do Colégio dos Meninos foi vendido.

Finalmente em 1803, os índios foram liberados para irem aonde quisessem, pois a Junta da Real Fazenda, em Porto Alegre, terminou com a administração da Aldeia dos Anjos.

Em 1801 os luso-brasileiros conquistam a região dos Sete Povos, provocando novo êxodo dos índios missioneiros. As forças invasoras se estabelecem em S. Borja, onde havia forte mistura de índios mbyás com índios guaranizados.

De 1816 a 1820, novo conflito atinge as Missões, o caudilho José Gervásio Artigas arregimenta missioneiros para suas tropas, entre eles os célebres Andrésito Artigas, Matías Abacu, Vicente Tiraparé, Pantaleón Sotelo e Francisco Xavier Sití. (PADRÓN FAVRE, p. 99).

As mulheres jovens acompanham os milicianos. Permaneceram nos Sete Povos as mulheres com mais idade e com filhos pequenos. Os missioneiros se estabelecem em vários pontos da Campanha.

Em 1820, na região de Santa Maria da Boca do Monte, Saint-Hilaire recebeu acolhida na estância de um índio.

Dom Frutuoso Rivera invadiu as Missões em 1828, sendo acolhido pelos índios missioneiros, milicianos, contrabandistas e estancieiros brasileiros. Nas reuniões para a Convenção Preliminar da Paz, realizada no Rio de Janeiro, de 17 a 27.8.1828, o governo imperial exigiu a retirada imediata

do caudilho Frutuoso Rivera, da região missioneira. As tropas de Rivera saquearam as propriedades da região missioneira. Rivera retirou-se levando 60 carretas carregadas de produtos dos saques, levando seis mil índios com os quais fundou a povoação de Bella Unión, ao sul do rio Quaraí. Pelos maus tratos e abandono, os índios se revoltaram e foram atacados pelas tropas de Barnabé Rivera. Os índios que conseguiram escapar para o lado brasileiro, juntaram-se às tropas do coronel Bento Manuel Ribeiro. Estes índios formaram o Corpo de Lanceiros que lutaram ora ao lado dos farrapos, ora ao lado dos imperiais, acompanhando Bento Manuel Ribeiro.

Após a retirada de Frutuoso Rivera a região missioneira ficou despovoada.

O guarani por ser horticultor, possuir religião em muitos aspectos semelhantes ao cristianismo e por achar que o povoado missioneiro fosse a terra sem males, deixou-se conduzir para as reduções jesuíticas aonde participou de uma nova sociedade organizada conforme a doutrina cristã, com escola, oficinas, igreja, praça central e habitação exclusiva para marido e mulher com os filhos. Nova religião com outro deus e rituais diferentes modificaram as relações sociais entre os índios.

No Rio Grande do Sul, a primeira fase das reduções ou povoados guarani foi de 1626 a 1638, quando os paulistas com expedições em bandeira atacaram, pilharam e escravizaram os índios das missões do Tapê. A segunda fase, chamada de Sete Povos, inicia em 1682 com a fundação de São Francisco de Borja, findando em 1801, com a conquista da região missioneira pelos luso-brasileiros.

O segundo período foi perturbado pelo Tratado de Madrid, de 1750, entre Portugal e Espanha que determinava a transmigração dos Sete Povos, para a outra margem do rio Uruguai. Os missioneiros se rebelaram, desencadeando a Guerra Guaranítica de 1754-56, contra os espanhóis e luso-brasileiros. Embora tenha sido um comandante de missioneiros do povoado de São Miguel, súdito do rei de Espanha, e que tenha lutado contra a invasão da estância daquele povoado, Sepé Tiaraju foi transformado em mito e colocado no Panteão da Pátria como herói brasileiro.

José Marcelino de Figueiredo, ao ser denunciado o Tratado de Madrid, retirou-se das missões com dez mil índios e seus pertences, fundando com eles as aldeias de São Nicolau de Cachoeira, São Nicolau de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí.

Os guaranis missioneiros formaram uma nova sociedade na Aldeia dos Anjos, com ruas, chácaras, açougue, potreiro e cemitério. Em 1770 o governo da capitania criou a Escola de Meninas e em 1777 a Escola de Meninos. Inseridos na Irmandade do Santíssimo Sacramento e de São Miguel,

construíram a igreja entre 1774 e 1776, em torno da qual surgiu o núcleo urbano de Gravataí. Os guarani missioneiro foram matriculados na igreja com nome e sobrenome em português. (ARQUIVO Histórico do RS, p. 50-73).

Em 1801, os guarani abandonaram os Sete Povos e as três aldeias organizadas por José Marcelino de Figueiredo, esparramando-se pelo Rio Grande do Sul e pela República do Uruguai, formando a população rural.

Na linguagem coloquial do Rio Grande do Sul há vários termos de origem guarani, como aguapé, araçá, araponga, aroeira, biboca, biriba, boçoroca, caboclo, capão, capim, capivara, capoeira, chamamé, che, cutucar, cipó, cuia, goiaba, gravatá, guaraxaim, guri, jacaré, jaguar, jararaca, jirau, joá, lambari, mambira, maricá, micuim, nhandu, perereca, perau, peteca, piá, pitanga, tamanduá, tapera, taquara, tatu, tiririca, umbu, urubu...

Outra herança cultural é o uso da erva-mate, na forma de chimarrão (caá-iguá), do aipim, mandioca, batata-doce e amendoim.

Se examinarmos os mapas do Paraguai, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, veremos que predominam topônimos guarani: Ibicuí, Itacolomi, Itapuã, Jacuí, Jaguarí, Mirim, Taquari, Tarumã, Uruguai.

Por meio da mestiçagem, descendentes de índios inseriram-se na sociedade luso-brasileira, mantendo no esquecimento a memória coletiva da origem étnica, sem relações com os eventos de seu passado. Grupos indígenas, que vivem em reservas, mantêm parte de sua memória coletiva, que se modificam conforme os objetivos que a ela inferem, principalmente de interesse políticos de grupos da sociedade maior.

Pela mistura com portugueses e africanos, os índios desenraizados perderam, esqueceram e mergulharam num sono letárgico, enquanto era criado o mito do índio espoliado, massacrado. Até o mito de Yasi Yateré, o moleque índio que fazia estripulia, queimava a comida, rompia a corda da rede, foi transformado no Saci Pererê, negrinho de uma perna só e com um barrete vermelho.

A Mboi-tatá, cobra de fogo que percorre os campos em forma de fogo fátuo já consta em livro didático como um boi que ninguém consegue laçar.

Pondo em prática a Constituição de 1988, que considera o índio como cidadão brasileiro, o governo do Rio Grande do Sul está providenciando sua inserção na sociedade, dando um primeiro passo com a confecção de documentos, que facilitem o desempenho pleno de sua cidadania por meio do estudo e do emprego na sociedade maior.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA Y LARA. *La guerra de los charruas em la Banda Oriental*. Montevideo: Libreria Linardi y Risso, 1989.
- ANCHIETA, José de. *Auto representado na festa de S. Lourenço*. Rio de Janeiro: SNT, 1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Os índios d´aldeia dos Anjos. Gravataí, século XVIII*. Porto Alegre: EST, 1990.
- BECKER, Ítala. *El índio y la colonización – charruas y minuanes*. S. Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1982.
- CANDOGAN, León. *Textos míticos de los Mbyá-guarani del Guairá*. Assunción del Paraguay: CEADUC – CEPAG, 1997.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal, o profetismo tupi-guarani*. S. Paulo: Brasiliense, 1978.
- ESCANDÓN, Juan de. *História da transmigração dos Sete Povos Orientais*. S. Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EST, 1996.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil – História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte, Itatiaia; S. Paulo: USP, 1980.
- GONZÁLEZ, Luís Rodolfo/VARESE, Susana Rodriguez. *Guaranies y paisanos*. Montevideo: Nuestra Tierra, sem data.
- IGLESIA, Cristina/SCHVARTZMAN, Júlio. *Cautivas y misioneros. Mitos blancos de la conquista*. Buenos Aires: Catálogos Editora, 1987.
- MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul. (1836-1866)*. Rio de Janeiro: INL, 1983.
- MELIÁ, Bartomeu. *Una nación, dos culturas*. Asunción: CEPAG, 1988.
- NEIS, Ruben. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos*, in Gravataí: História e Cultura, 1987.
- NIMUENDAJU, Curt. *104 mitos indígenas nunca publicados*. In Revista do Patrimônio Histórico, nº 21, 1986, p. 64 a 112.
- _____. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; S. Paulo: USP, 1988.
- PADRÓN FAVRE, Oscar. *Censo Guarani Misionero de 1832*. [Separata do B. H. E, nº 283-286], Montevidéu, 1991.

- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. II volume. Porto Alegre: Selbach, 1954.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *O homem índio sobrevivente do Sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. S. Paulo: Edusp, 1974.
- SEPP, Antonio. *Relación de viaje a las misiones jesuíticas*. Tomo I. *Continuación de las labores apostólicas*. Tomo II. *Jardín de flores paracuário*. Tomo III. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1974,
- STADEN, Hans. *Suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. S. Paulo: Nacional, 1945.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia; S. Paulo: USP, 1978.
- VIDART, Daniel. *El mundo de los charruas*. Montevideo: Banda Oriental, 1996.
- VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas*. Volume III – obras várias II. Lisboa: Sá da Costa, 1951.
- WAGNER, Carlos, et alli. *A guerra dos bugres*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

Recebido em 9/6/2016

Aprovado em 9/6/2016